

A inclusão da China na Amazônia: análise e considerações geoestratégicas*

Guilherme Lopes da Cunha**
(guilhermelopes11@hotmail.com)

Marcelo de Moura Carneiro Campello***
(campellogeo@gmail.com)

Artículo de investigación recibido el 28/11/2014 y aprobado el 19/12/2014



Cómo citar este artículo:

LOPES DA CUNHA, Guilherme y Víctor Santiago Calle León. (2014). “A inclusão da China na Amazônia: análise e considerações geoestratégicas”. En: *Transpassando Fronteras*, núm. 6, pp. 241-262. Cali, Colombia: Centro de Estudios Interdisciplinarios, Jurídicos, Sociales y Humanistas (CIES), Facultad de Derecho y Ciencias sociales, Universidad Icesi.

Resumen

La Amazonía Sudamericana, sensible y cobijada por el *stock* de recursos estratégicos, vive momentos de incertidumbre. La matriz económica regional se basa en la explotación de recursos naturales destinados al mercado externo. Un hecho reciente en la región es la implantación de infraestructura física basada en el transporte de carretera a partir de los intereses asiáticos, sobretudo de China. Una mirada crítica demuestra que la percepción china en estos sectores –sector primario y ampliación de la infraestructura– es dirigida por un interés nacional. China, con objetivos estratégicos determinados, está dispuesta a patrocinar obras de infraestructura, junto con Brasil y otros agentes político-económicos. Las carreteras atraviesan bosques y parecen hacen parte del interés gubernamental chino en las commodities regionales; como demuestra el paso que conecta la producción agropecuaria y mineral del Brasil a los puertos peruanos en el Océano Pacífico. Se pretende analizar la hipótesis de que el desarrollo de la Amazonía corre riesgos de subordinación a los intereses chinos, manteniendo

* Una versión de este trabajo fue presentado en el III Congreso de Ciencia Política ACCPOL 2014.

** Candidato a PhD en Economía Política Internacional. Universidade Federal de Rio de Janeiro.

*** Candidato a PhD en Economía Política Internacional. Universidade Federal de Rio de Janeiro.

la región como una de las más antiguas periferias del sistema interestatal capitalista. Algunas dudas surgen: ¿Existe la creación de nuevos lazos de dependencia? ¿ La expansión china en la Amazonía contradice los intereses regionales? La apuesta en nuevas revoluciones industriales y tecnológicas que carecen de materias primas abundantes en la región, justifican la conveniencia de investigación científica sobre este contexto.

Palabras clave:

Amazonía, China, Geopolítica, Estrategia, Sudamerica.

Introdução

A Amazônia Sul-Americana, sensível e cobiçada por seus estoques de recursos estratégicos, vive momentos de incerteza. A matriz econômica regional baseia-se na exploração de recursos naturais destinados ao mercado externo. Um fato recente na região é a implantação de infraestrutura física baseada no modal rodoviário a partir dos interesses imediatistas primário-exportadores dos Estados nacionais sul-americanos que, por sua vez, sofrem influência política de importantes conglomerados empresariais regionais, os quais, cada vez mais, têm a sua produção atraída e voltada ao mercado asiático, sobretudo à China. Um olhar crítico sobre essa questão que envolve todos os países do subcontinente demonstra que a percepção chinesa nestes dois setores –a matriz primária e a ampliação da infraestrutura– é comandada também por interesses nacionais deste país.

Pretende-se analisar a hipótese de que o desenvolvimento da Amazônia corre riscos de subordinação aos interesses chineses, mantendo a região como uma das mais antigas periferias do sistema interestatal capitalista. Algumas dúvidas surgem: haveria a criação de novos laços de dependência e de subordinação? A expansão chinesa na Amazônia contraria interesses regionais de integração e pode funcionar, até mesmo, como forma de desintegração regional? A aposta chinesa em novas revoluções industriais e tecnológicas que carecem de matérias primas abundantes na região justifica a conveniência de investigação científica sobre esse contexto.

A Amazônia e os interesses geoestratégicos chineses no processo de integração regional: os seus múltiplos papéis no Sistema Interestatal Capitalista

A Amazônia necessita, urgentemente, de um padrão de desenvolvimento regional.¹ O extrativismo e a agropecuária, ainda que realizáveis no formato sustentável (CGEE, 2011), contribuem para a reprodução dos problemas socioambientais. A alteração da dinâmica econômica dominante deve ser gestada *pari passu* à consideração acerca da perspectiva geopolítica. A exploração predatória de recursos naturais, muitas vezes é incentivada ao se corromper a noção de desenvolvimento, associado à redução de pobreza. Chang (2009) assevera que a difusão de setores estratégicos é crucial para a promoção de desenvolvimento: proteger indústrias estratégicas, conceder subsídios e ampliar níveis educacionais seriam meios efetivos para a promoção de desenvolvimento. Por meio desse novo desenvolvimentismo, poder-se-ia fornecer aos habitantes os benefícios e as possibilidades de utilização de seu patrimônio natural de uma maneira autônoma. Isso tornaria viável a integração de processos políticos comuns através da inauguração de uma escala de ação nacional-continental.

Além da matriz extremamente economicista e agroexportadora dos projetos, a complexidade ambiental ainda é uma questão que enfrenta desafios. Entre as dificuldades a serem superadas, estão a existência de políticas internas mal definidas, as hostilidades naturais e geográficas da região e a própria história de incorporação e posterior isolamento secular da floresta nos Estados nacionais, as quais suscitam cada vez mais debates entre ambientalistas e diversos segmentos sociais sobre a escolha do modelo de desenvolvimento que se pretende na Amazônia. A região é mal integrada interna e externamente entre os nove Estados que a compõem.²

1 O argumento encontrado em Becker (1982 e 1992) sobre incompreensão da Amazônia acentua a necessidade de erradicar um pseudo-desenvolvimento econômico associado à redução de pobreza, formado em ilhas, concebido fora de um plano estratégico e baseado na lógica extrativista e agropecuária, de caráter destrutiva. Há maior coerência quando se pensa em atuação por intermédio de plano de estruturação que contemple a valorização da floresta em sua integridade, considerando tanto a biodiversidade associada a aspectos tecnológicos, quanto os saberes dos povos da Amazônia e a gestão regional coletiva dos Estados amazônicos. É nesse sentido que, para Becker (2009) e Becker e Stenner (2008), são esses os elementos que consolidam a soberania dos Estados sobre o território que lhes pertence. Os recursos econômicos ofertados pelo extrativismo, como no caso da madeira, ou pela agropecuária, como ocorre no cinturão soja-boi, atuam em desfavor da potencialidade geoestratégica. Há que se preservar e ampliar a consciência sobre os interesses geopolíticos que incidem sobre a Pan-Amazônia.

2 Os Estados Amazônicos são Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Fran-

A integração entre Estados nacionais representa um processo de inter-relacionamento e interdependência multidimensional dentro de um contexto contemporâneo de globalização e de regionalização da economia-mundo. Ianni (1999) aponta que a regionalização econômica pode ser vista como um processo por meio do qual a globalização recria a nação, de modo a inseri-la na dinâmica da economia-mundo transnacional. A regionalização econômica é estimulada porque, ao se integrarem as economias nacionais, redefinem-se fronteiras e políticas econômicas, além de articularem-se as forças produtivas. Tal processo se constitui como parte integrante de um novo parâmetro para a articulação das nações e do desenvolvimento do capitalismo.

Os impactos da globalização e da regionalização, concomitantes ao avanço tecnológico, alteram as escalas de tempo e de espaço, o que interfere na realidade amazônica. O desenvolvimento da informática e o incremento da conectividade global através de múltiplas redes e dos meios de telecomunicação, informação e transportes, reduziram as distâncias e acentuaram a compressão da relação espaço-tempo. A multiplicação de tratados bilaterais e de acordos regionais visando a incrementar as relações políticas e socioeconômicas são parte do fenômeno da globalização e da revolução científico-tecnológica.

O processo que tem a finalidade de buscar uma identidade econômica continental deveria englobar aspectos sociais, culturais e políticos e considerar as especificidades naturais da Amazônia. A região deve ser concebida como um trunfo político e a sua natureza como uma vantagem competitiva, não podendo ser compreendida, em sua totalidade, como uma gigantesca barreira geográfica exportadora de *commodities*.

Na região, diversos estudos comprovam que há uma ligação direta entre o asfalto e a devastação (Picoli, 2006). No Brasil, entre outros casos, há o exemplo da BR-163, que interliga Cuiabá (MT) e Santarém (PA): a perda de biodiversidade e a degradação ambiental ao longo das rodovias são ainda maiores em razão da não incorporação dos riscos socioambientais e da falta de visão holística das ondas de investimentos na Amazônia. Nesse país, desde o regime militar, iniciado nos anos de 1960, ao atual Programa de Aceleração do

.....
ça. Este último, participa devido à Guiana Francesa, que é um departamento ultramarino francês: “*Guiana Francesa, portanto, é uma região européia dentro da América do Sul*” (Granger, 2008:160). A página eletrônica do *World Factbook*, da Agência de Inteligência Americana (CIA), também traz em seu banco de dados a posição política da Guiana Francesa como um departamento francês: consultada em 9 de março de 2015.

Crecimiento, a administração pública implementou projetos que levam ao desmatamento e à migração, além de um tipo de desenvolvimento tradicional e predatório baseado no transporte convencional para o interesse e o lucro de atores externos à região.

A fronteira econômica é um espaço de alto interesse e valor estratégico para a exploração prospectiva e para os investimentos de capital. Com grande parte dos recursos naturais já explorados e com potencial já conhecido, as reservas minerais, hídricas e de biodiversidade da Amazônia possuem valor inestimável. A região também representa a última fronteira brasileira e, em algumas hipóteses, global, além de apresentar centenas de grupos indígenas e ribeirinhos, colonos, assentados, grupos extrativistas, entre outros grupos tradicionais, que não estão inseridos nos projetos de integração em andamento.

Esse modelo de desenvolvimento que vem sendo implementado na Amazônia demonstra não ser o mais adequado. A implementação de projetos multilaterais entre Estados amazônicos é fundamental para que se valorize a biodiversidade sem afetar sua autorreprodução. Torna-se questionável, tomando por base o Brasil, se o projeto de integração viária pode contribuir para a integração regional e para o desenvolvimento da Amazônia. Haveria o fortalecimento da economia e da defesa da floresta na lógica do desenvolvimento sustentável, por meio desse processo? Há indícios de geração de riqueza e de renda para as populações regionais, até então colocadas à margem deste processo? Prevalece, no meio científico, certo ceticismo quanto a essa problemática.

Os eixos rodoviários que se encontram na Amazônia são verdadeiras pinças sobre a floresta, e o zelo ambiental surge como contraponto ao aspecto econômico. Como se tem visto, não se discutem outras políticas concomitantes ao desenvolvimentismo convencional. Para a região se desenvolver, é preciso integrá-la com práticas, ações e modelos que agreguem valor, que preservem o capital natural e que respeitem as diferenças culturais. A Amazônia possui interessante complexidade socioambiental. Portanto, suas questões demandam ações particulares voltadas para a sustentabilidade do bioma.

Inegavelmente, a Amazônia precisa de uma articulação sólida no espaço para se explorar a complementaridade entre as diversas economias. Parte da iniciativa deve incluir propostas que possam colocar as cidades como promotoras do desenvolvimento e como espaço de fluxos, por meio de processos produtivos que vão além de *commodities*, e organizar a estrutura e a dinâmica regional. Entre outras formas

sustentáveis e eficazes de integração, poder-se-ia incentivar a multidimensionalidade, isto é, equipar portos e hidrovias, além da construção de ferrovias para maiores distâncias e de pequenas rodovias para o trajeto de pequenas e médias distâncias. O que se questiona é a definição de prioridades e a discussão da sustentabilidade ambiental dos projetos para a emergência de um desenvolvimento regional sem destruir a natureza e o conhecimento popular tradicional.

As políticas implementadas devem considerar de que forma a integração deve ser proposta para que o capital natural seja preservado e os amazônidas beneficiados. O desenvolvimento que vem sendo implementado pode tornar a região palco de grandes eixos de exportação de *commodities* para os grandes centros comerciais, patrocinando desastres socioambientais. O certo seria que as políticas públicas pudessem atuar na dinâmica de valorização das riquezas naturais e dos habitantes da Amazônia, os verdadeiros protetores deste patrimônio natural.

Há uma relação direta entre desflorestamento, pecuária extensiva e a moderna agricultura mecanizada e latifundiária. O corte de madeira, legal ou não, é a premissa para a cadeia produtiva dominante na Amazônia. Com os pastos, o gado prepara a terra para a agricultura de grãos, expandindo cada vez mais o arco do desmatamento e adentrando a fronteira agrícola para o coração florestal.³

A formulação de uma agenda ambiental é extremamente complexa. Ela envolve interesses econômicos de grandes conglomerados e *lobbies* políticos. Os impactos socioambientais associados aos empreendimentos, em sua maioria, conservadores do *modus operandi* e concentradores de riqueza, dificultam a tomada de decisões nesta complexa e diversificada região.

Há um amplo consenso sobre a melhoria de infraestrutura e desenvolvimento regional, quando se considera a integração física de regiões, embora o transporte sozinho não traga desenvolvimento (Becker, 1982; Hirschmann, 1958). Becker e Stenner (2008) contribuem à discussão afirmando que o transporte em si, isoladamente, não é fator de desenvolvimento, favorecendo o crescimento dos pontos conectados, mas não da área situada ao longo do eixo. Hirschmann (1958) afirma que

3 Conceito de Becker (2009) para salientar um contínuo florestal relativamente preservado e com elevadíssima taxa de biodiversidade.

a imposição de uma estrutura uniforme e autoritária, que não leva em consideração as especificidades locais, induz às desigualdades econômicas. Portanto, é preciso discutir a forma de integração em andamento e o tipo de desenvolvimento se pretende na Amazônia sul-americana.

Na Amazônia, como visto em experiências a partir da segunda metade do século XX, o desenvolvimento ocorreu nas pontas do processo. Favoreceram-se o lucro privado e as cadeias produtivas exógenas à região, incentivando o ciclo rodovia–migração–desflorestamento–pasto–pecuária e/ou grãos. Inegavelmente, é preciso a integrar a Amazônia, mas, como salienta Huntington (1997), divorciada da cultura, a proximidade não gera por si só aspectos em comum, mas pode induzir exatamente o oposto.

Governos de ideologias políticas diferenciadas entram constantemente em colisão e a (des)ordem institucional de governos democráticos ameaça a estabilidade subcontinental, criando sucessivas crises nas relações internacionais. O futuro da Amazônia deve ultrapassar o jogo político, isto é, a política deve ser responsável pela implementação da defesa e não da degradação.

Desde o período posterior à Segunda Guerra Mundial, os Estados da América Latina têm encontrado dificuldades para a implementação de projetos que resultem em melhorias efetivas. Por intermédio da globalização, contudo, dois importantes aspectos surgem com força: i) o regionalismo econômico internacional;⁴ ii) e a globalização dos mercados. Nos últimos trinta anos proliferaram acordos políticos e comerciais bilaterais e multilaterais no continente. A Comunidade Andina, o Mercosul (Mercado Comum do Sul), a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas), a ALADI (Associação Latino-Americana de Integração) e a IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana) foram algumas das iniciativas propostas para gerar, sobretudo, maior integração econômica do continente.

A IIRSA surge em 2000 como grande impulso em inversões, sobretudo, a partir do primeiro mandato do governo Lula (2003-06). Com objetivos estritamente econômicos

4 O processo de regionalização econômica tem forte impulso no pós-Segunda Guerra Mundial na Europa. A necessidade de reconstrução de economias arrasadas pelo conflito de 31 anos –1914/45–, como afirma Hobsbawm (1995), aproximou mercados com acordos multilaterais e redução de barreiras tarifárias. Nos últimos cinquenta anos multiplicaram-se os acordos comerciais em diversas partes do mundo, em especial, além dos mencionados nesta pesquisa, citam-se a União Europeia, o NAFTA e a ASEAN.

de integração regional, a estratégia dos doze governos da América do Sul, signatários do acordo, sob liderança e maciços investimentos do Brasil, é equipar o continente com infraestrutura nos setores de energia, de transportes e de comunicações e informação.

Grandes empreendimentos que vêm sendo implementados por iniciativa da IIRSA e da UNASUL podem levar ao avanço da fronteira agropecuária para a floresta ombrófila densa. Como consequência, assume-se o risco de perder a biodiversidade que a natureza levou milhões de anos para constituir. Reduzirem-se as chances de reivindicar e assumir soberania política e econômica frente à cobiça internacional, a partir de uma estratégia de defesa baseada em um novo modelo de desenvolvimento. A própria posição geopolítica dos Estados Amazônicos e, sobretudo do Brasil, como uma liderança regional, fica sensibilizada no sistema interestatal capitalista.

A IIRSA foi idealizada como estratégia para a integração econômica sul-americana. Foi perseguida por diferentes segmentos defensores da lógica da globalização capitalista, como governos, empresas transnacionais e instituições financeiras multilaterais. Seus projetos vêm promovendo uma modernização conservadora. Os eixos rodoviários que já cruzam e/ou cruzarão territórios protegidos, terras indígenas e zonas importantes para a conservação da biodiversidade, já provocam reações de ONGs e movimentos sociais, com destaque para a Madre de Dios-Acre-Pando (MAP), na fronteira Peru-Bolívia-Brasil, área de influência da Rodovia Transoceânica⁵ (Becker, 2009).

No Brasil, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁶, proposto no primeiro ano do segundo governo Lula, em 2007, e o PAC 2, lançado em março de 2010, são políticas intrinsecamente associadas à estratégia da IIRSA. Entre as intenções está o objetivo de equipar o continente sul-americano, em especial, a região Amazônica, com infraestrutura voltada para as estratégias comerciais com base em investimentos em transportes (em sua maioria, modelos convencionais) e de energia.

5 A rodovia Transoceânica, por exemplo, é um dos eixos de interligação proposto pela IIRSA. Um dos objetivos é conectar o oceano Atlântico ao oceano Pacífico, constituindo um corredor bioceânico que cruza a Amazônia Ocidental, perpassa os Andes e chega aos portos peruanos.

6 As obras de construção de hidrelétricas atualmente em voga no país, especialmente na Amazônia, como as de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira (RO), e Belo Monte, no rio Xingu (PA), são parte integrante do contexto proposto pela IIRSA, na esfera continental, e pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC –, em nível nacional.

Ações concretas da IIRSA e dos governos sul-americanos, a partir da primeira década do século XXI, obedecem à realização de projetos e políticas de maior integração entre os Estados nacionais do continente. A expansão do Mercosul e de outros acordos multilaterais, a criação da UNASUL, em 2007, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), de 2009, sediada em Foz do Iguaçu, são medidas que podem favorecer o intercâmbio sociocultural entre os países.

A Amazônia é o verdadeiro coração geográfico da América do Sul. Ela pode e deve ser incentivada como o polo de integração e articulação regional, fortalecendo a soberania dos Estados nacionais que fazem parte da bacia amazônica, mas também daqueles que compartilham de um passado colonial de exploração, submissão e subdesenvolvimento.

A Amazônia pode contribuir para o desenvolvimento regional através de um novo modelo de desenvolvimento que privilegie a autonomia e a defesa da floresta e que valorize o patrimônio natural e sociocultural⁷. A chave deste processo vai depender da capacidade de reorganizar e articular o subcontinente⁸ –uma das mais antigas periferias do sistema-mundial capitalista (Becker, 2009)– e drenar e fomentar acordos estratégicos para que os interesses diversos funcionem em consonância com os nossos próprios interesses nacionais.

Trata-se de uma região que sofre os efeitos não apenas do passado colonial e ingerências externas. Embora com problemas, perspectivas e contextos internos diferenciados entre os Estados nacionais, além de outros aspectos comuns, podem servir para unir a

7 Ainda que as imperfeições na gestão territorial sejam identificadas, esta investigação não objetiva propor um modelo de desenvolvimento específico. Nesse sentido, considera-se que “*a preocupação ambiental não significa estancar o desenvolvimento regional, mas sim pensá-lo em outros termos (...)*” (Becker, 2009:156). A propositura de um plano estratégico ou a sugestão de melhor modelo a ser seguido, depende de amplo debate na sociedade dentro dos Estados e no âmbito regional pan-amazônico. A análise desses meandros não é contemplada por meio desta investigação.

8 Conquanto haja empreendimentos audaciosos, estes estão aquém das transformações desejáveis. Iniciais como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), institucionalizada em 1998 (Vilhena Silva, 2010), e os projetos que tencionam a construção de 10 eixos de integração no seio da IIRSA, entre os quais 3 direcionam-se à Pan-Amazônia (Castro, 2012:49), são projetos que, além de tímidos, perpetuam a lógica exploratória que contribuiu para a consolidação da região como periferia do sistema interestatal capitalista, demandante de tecnologia e fornecedora de bens primários. Esse quadro poderia ser diferente caso se valorizassem a biotecnologia e a bioindústria (Becker, 2009:159) e caso os Estados amazônicos desenhassem estratégias coletivas para valorizar avanços científicos. Pesquisas nessa direção, com enfoque na Amazônia, incluindo investigações no campo da nanotecnologia (Gouveia, 2015 e Bufalino, *et al*, 2014), descortinam os primeiros passos para o futuro da ciência e para uma nova fronteira de possibilidades no desenvolvimento da Pan-Amazônia.

região. Uma questão pouco debatida nos grandes fóruns econômicos e socioambientais globais sobre a região é a defesa da natureza e a soberania do território num contexto que não seja utópico (o desejo dos ambientalistas primeiro-mundistas, ou dos zeristas) e nem predatório (o afã dos grandes conglomerados internacionais).

Um novo modelo de desenvolvimento urge para contrapor a pressão ambientalista que reina sobre a região e a devastação patrocinada pelos Estados nacionais sul-americanos. Mais do que aumentar a exportação baseada em *commodities*, trata-se de se apropriar do que o território tem de melhor, agregando valor às trocas, modificando estruturas internas arcaicas e passando de um modelo econômico produtivo fordista para um pós-moderno pautado no conhecimento da natureza e com base em ciência, tecnologia e inovação (CT/I). Por que exportar *commodities* e minerais e não investir em CT/I, visando à industrialização e inaugurando uma revolução industrial pautada no conhecimento sobre a natureza? (Becker, 2009).

Como alternativa de desenvolvimento socioeconômico e ambiental viável é preciso atribuir valor à floresta em pé e valorizar a biodiversidade e os produtos da região, como forma de impedir o desmatamento e o esgotamento dos recursos (Becker e Stenner, 2008).

Internacionalização Chinesa rumo à América do Sul

Para que se compreenda o ambiente político em que a Amazônia se situa, é importante considerar a estrutura do sistema que emerge na contemporaneidade. Uma nova organização da estrutura de poder no sistema interestatal capitalista está em pleno processo nos dias de hoje. A política assiste ao que se denomina “ascensão do resto”, o que alguns interpretam como o deslocamento de poder que conduz a um contexto pós-americano (Zakaria, 2008:2-5), enquanto outros concebem como fenômeno por meio do qual Estados de industrialização tardia, sem tecnologia pioneira, conseguiram implementar estratégias que os transformassem em potências econômicas (Amsden, 2009). Nesse ambiente, sobressai a percepção de que há deslocamento dos recursos de poder em direção à Ásia (Fiori, 2008 e 2009), sendo que a China ocupa um dos polos de difusão dessa ascensão, senão o cerne dela. A magnitude dessa redistribuição de vetores de poder contribui para que se considere a crescente relevância da China como um dos acontecimentos mais importantes do início do século XXI (Slipak, 2014:102).

Se, por um lado, a China mostra potencialidades que poderiam rivalizar com outras potências em um futuro próximo; por outro, o discurso oficial chinês propaga ideia avessa aos interesses hegemônicos. Obviamente, o discurso oficial, muitas vezes, presta-se como ferramenta enganosa frente ao relacionamento entre os Estados, pois parece difícil imaginar alguma autoridade, seja qual for a unidade política estatal, defendendo pretensões hegemônicas. Assim, vale considerar o que prenunciam alguns autores, como Overholt (2008:293), para quem é possível imaginar um ambiente de tensão, caso a China seja contrariada em pressupostos cruciais da sua política externa, como tensões com o Japão ou com a política empreendida em face a Taiwan, além do caso de emergência de uma nova liderança internacional.

O crescimento chinês nos últimos 30 anos manteve-se consolidado em torno de 10 por cento ao ano. Isso fez do País do Meio a segunda maior economia mundial, além da posição de fábrica do mundo e de potência influente junto a mercados globais. Sob essa lógica, as empresas chinesas manifestam postura agressiva na internacionalização de suas posições, sobretudo quando se necessita tanto escoar a produção manufatureira quanto ter acesso a bens primários, fundamentais para a reprodução da espiral virtuosa chinesa.

Nesse contexto, pode-se pensar a China como um Estado dotado de características *sui generis*. A mesmo tempo em que retorna à posição de primeira economia, consolida a pujança fabril, amplia a participação como investidor em todos os continentes e ganha proeminência no campo militar, tecnológico, financeiro e educacional, a China enfrenta enorme disparidade interna e sofre problemas próprios de países pobres. Trata-se de Estado que mescla características de países em desenvolvimento e de países desenvolvidos, ainda que obtenha cada vez mais importância no ambiente político-econômico global. No entanto, simultaneamente, comporta-se como poder político perifizador (Fiori, 2009), atuando como centro para espaços menos dinâmicos. Isso é bastante perceptível quando se analisa a presença chinesa na África e na América Latina, pois mantém a lógica de aquisição de matérias primas e de fornecimento de bens de alto valor agregado, consolidando esses continentes como periferia do sistema interestadual capitalista, além de promover alterações nos vetores de poder na política regional, nessas localidades.

Junto a essa problemática, há quem mencione o prenúncio de uma Quarta Revolução Industrial que pode ser liderada pela China. O grau de desenvolvimento das plantas fabris chinesas tornam possível o desencadeamento de avanços no setor de Nanociências e

de Biotecnologia, o que pode ser crucial na alteração do paradigma tecnológico. É nesse sentido que Almeida (2005) considera viável a emergência de competição hierárquica pela liderança de uma matriz produtiva internacional. Se isso acontecer, a Amazônia ampliará sua importância, haja vista os estoques de biodiversidade e o potencial de prospecção informacional que detém.

Essa engenharia de poder, unindo aspectos empresariais a interesses político-econômicos, guarda relação com interesses geopolíticos. Um dos elementos que permite visualizar esses pressupostos é o conceito de política “*Go Global*”: a formação, desenvolvimento e expansão internacional de empresas têm suporte governamental, o qual cria mecanismos que facilitam esses objetivos. O aspecto geopolítico seria determinante para o Estado chinês, conforme defendem Acioly, Alves e Leão (2009), pois oferece resultados junto ao sistema interestatal capitalista no âmbito continental, sobretudo quando empresas funcionam a serviço da política externa.

A atuação chinesa, por intermédio de concessão de recursos financeiros, geralmente tendo bens primários como contrapartida, corroboram esse entendimento. Os contratos de empréstimos que viabilizam a atuação das empresas no exterior servem para interferir positivamente nos objetivos da diplomacia chinesa. É nesse sentido que se acredita no potencial de interferência da China na mudança de vetores de poder na América do Sul. Os empréstimos concedidos à Venezuela, entre 2007-2010, associados a fornecimento de petróleo, servem para exemplificar o sentido de extração de recursos naturais associado a fatores estratégicos (Cunha e Appel, 2014b).

O estabelecimento de parcerias diplomáticas em formato bilateral, com certa aversão ao liberalismo de Washington é bastante significativo. Embora seja sempre explícito o interesse em não contrapor os Estados Unidos, há empreendimentos que conduzem a outra conclusão. Um deles é o Canal da Nicarágua, a ser construído pela Hong Kong Nicaragua Canal Development Investing Company (HKND)⁹, que parece constranger os EUA ao propor uma passagem que interliga oceanos de maneira mais eficiente que o Canal de Panamá¹⁰. Nesse contexto, ainda que membros da comuni-

9 Dados fornecidos por meio da página eletrônica do empreendimento (<http://hknd-group.com/>).

10 Atualmente, o Canal de Panamá possibilita, de maneira mais eficiente, o deslocamento da marinha de guerra americana entre as costas Leste e Oeste dos Estados Unidos. Ainda há poucas análises sobre em que medida

dade científica aleguem substancial agressão ao meio ambiente e a povos autóctones (Huete-Pérez, 2014) e que militares estadunidenses não demonstrem preocupações maiores do que a possibilidade de intervenção militar chinesa em área bastante próxima aos EUA (Walborn, 2014), há que se considerar uma alteração no quadro geopolítico regional, sobretudo na América ao Sul do Rio Grande. China ocupa espaço cada vez mais proeminente na geopolítica e na geoeconomia da América Latina e do Caribe, valendo-se de brechas em desfavor dos EUA e deslocando potências regionais como o Brasil (Cunha 2014 e 2015 e Cunha e Appel 2014a e 2014b). O Canal da Nicaragua é mais um elemento nesse ambiente geopolítico.

No período pós-crise (de 2008 em diante), a China ganha ainda mais projeção. Para Angang Hu (2011) o país representa não somente o motor da economia mundial, mas também do comércio e do investimento, o que leva o autor a crer na possibilidade de desencadeamento de uma Quarta Revolução Industrial (Verde). Além disso, há a crença de que existe um “efeito China”, o que Pinto (2013) relaciona a transformações promovidas pela demanda de produtos primários e pela oferta de investimentos chineses nas áreas dotadas de recursos naturais, as quais têm importância basilar na estrutura produtiva dos seus parceiros comerciais.

Todavia, esse “efeito China” tende a agravar as limitações do processo de integração regional sul-americana. Isso faz sentido, quando se pensa no avanço das relações bilaterais entre China e países sul-americanos, individualmente, que tende a tornar os laços econômicos, entre estes, mais frágeis e menos importantes. Esse argumento contribui para a comprovação da análise, segundo a qual a China atua como centro periférico. Um dos casos mais elucidativos é o Mercosul, em que tensões entre os países mais importantes (Argentina e Brasil) contribuem para a emergência de barreiras não-tarifárias. E, se Argentina temia a competitividade do Brasil, a aproximação da China acentuaria esse problema. Assim, há que se ponderar se a China tem potencial mais periférico do que “complementar” aos processos de integração regional, pois se tratam de economia em razoável grau de disparidade.

.....
a abertura do Canal da Nicarágua pode ser positiva ou negativa aos interesses estadunidenses. No entanto, Walborn (2014) vaticina benefícios para Estados sul-americanos e preocupações para os EUA. Neste caso, se a obra for concluída, governos clientelistas ganham expressão, o que não é desejável; se a obra não for concluída, há a possibilidade de criação de um Estado falido, próximo ao território estadunidense.

Alguns projetos de integração na América do Sul contrariam interesses geopolíticos chineses. Nesse sentido, a Aliança do Pacífico e a Parceria Trans-Pacífico são projetos que podem ser mencionados como exemplo (Cunha, 2015). O surgimento de coalizões de países afinados com a lógica liberal estadunidense cria condições para que a China se interesse em manter presença na região de maneira mais enfática. A Aliança do Pacífico, segundo Padula (2013a e 2013b), pode representar tema sensível a interesses do Brasil, que procura liderar a integração sub-regional no continente.

Nesse cenário, a América do Sul está cada vez mais inserida na lógica de expansão de poder chinesa. Além de importante parceiro comercial e político, haja vista que a China é o maior parceiro comercial não somente do Brasil mas também do Peru e do Chile –estima-se que, em 2016, a China seja a segunda maior parceira da América do Sul como um todo, segundo Slipak (2014)–, a China está entre os três maiores fornecedores de bens para toda a América Latina, com a exceção de El Salvador, em que a China figura como 4º maior exportador para o país.

Nesse processo, a China vem adotando ações mais pragmáticas, centradas na produção de segurança energética e mercados para suas empresas. Domingues (2006) observa isso como sinal de maturidade que ganha ímpeto nos anos 1970, quando se aproxima de países da América do Sul independente do viés político, inclusive de governos cuja orientação política é anti-comunista e de direita, como foi o caso da Argentina, do Brasil, entre outros. Nessa agenda, parte dos interesses está no enfraquecimento tanto do apoio à República da China (Taiwan) quanto do discurso diplomático que defende a existência de duas Chinas, sustentado por alguns Estados.

Nesse contexto, a China tem o desafio de forjar um novo tipo de ambiente, sob pena de reproduzir o sistema desigual e assimétrico. Como peça chave na “ascensão do resto”, a China dá mostras de que pode contribuir para tipo de relação em bases equitativas. No que se refere à Amazônia, como será analisado na última seção deste artigo, somente o estímulo à cooperação sul-sul ao nível tecnocientífico –especialmente na própria América Latina–, com ênfase na industrialização e no melhor aproveitamentos dos recursos naturais de países historicamente oprimidos e à margem dos tomadores de decisão do sistema capitalista, poderá modificar a lógica que consolida dependência e reprodução de desigualdades na divisão internacional do trabalho.

China: entre a reprodução da desigualdade e a contribuição para outro paradigma

Detentora de meios tecnológicos cada vez mais eficiente e dinamizadora de centros fornecedores de matérias primas, a China encontra-se diante de uma bifurcação. Por um lado, pode perpetrar a lógica perifерizadora, aquela mesma lógica a que foi submetida como sujeito passivo durante os últimos dois séculos. Por outro lado, pode contribuir para a implantação de uma lógica menos desigual, por meio da difusão de conhecimento tecnocientífico, em consonância com as parcerias a que se propõe no âmbito Sul-Sul.

A primeira hipótese vem sendo posta em prática no decurso do sistema eurocêntrico, desde o século XV. Nesse ambiente, mantém-se a submissão das unidades políticas ao capital com a garantia do Estado por meio das potencialidades bélicas. Essa lógica se baseia na manutenção da tendência de ciclos hegemônicos, os quais foram analisados, em suas devidas particularidades, por Paul Kennedy (1989), Gionanni Arrighi (1996) e Fernand Braudel (1996). A segunda hipótese mantém relação com possível cooperação sul-sul ao nível tecnocientífico. Poderia a China atuar com ênfase na industrialização e no melhor aproveitamento dos recursos naturais? Caso isso acontecesse, comporia engenharia política bastante ousada: a atuação não exploratória seria algo sem precedentes. A ousadia poderia se manifestar em forma de acesso à tecnologia capaz de alavancar o desenvolvimento da Amazônia, por meio da facilitação da montagem de plantas voltadas à produção de tecnologia verde, complementadas ou associadas à biotecnologia e à nanotecnologia, em bases vinculadas à transferência de tecnológica. Tanto a China quanto os Estados amazônicos se beneficiariam em formato *win-win*.

Nesse sentido, compreender o papel da China no processo de integração regional é uma questão na ordem do dia. A China está contribuindo para a integração ou para a desintegração da Amazônia e dos países sul-americanos? Não será o processo chinês de atuação na região mais uma forma de dominação econômica neocolonial?

A integração regional é uma tentativa antiga de nações com processos históricos de colonização exploratória e repressão econômica similares para tentar vencer o subdesenvolvimento. Num continente marcado pela supremacia política, econômica, cultural e militar dos EUA, a integração dos países latino-americanos esbarra na dicotomia ideológica daqueles que apoiam a liderança dos EUA e aqueles que vêm a sua presença como

entreve ao desenvolvimento independente da região (Medeiros, 2009). Todavia, uma análise crítica pode fornecer a constatação de que a presença e os investimentos chineses na América Latina nas últimas duas décadas também possuem características que mantêm a subordinação político-econômica regional a potências externas.

Os empreendimentos de integração subcontinental em andamento colocam a Amazônia como a força impulsionadora de ligação entre os vizinhos, mudando o eixo da bacia do rio da Prata e dos Andes, para a floresta transfronteiriça. No entanto, a complexidade desses empreendimentos e a pouca participação da população regional nesse processo fornece a ideia da manutenção da desarticulação regional cuidadosamente planejada para atrair capitais transnacionais, sobretudo chineses, para favorecer a ampliação das cadeias produtivas baseadas em *commodities*.

A China vem atuando de duas maneiras: adquirindo bens primários, o que dinamiza parte da estrutura econômica, e atuando como protagonista no mercado regional de manufaturados. Assim, por um lado, este grande mercado comandado por uma economia planificada estatal vem favorecendo à reprimarização das economias regionais; e, por outro, ao ser um grande comprador de *commodities* e investidor em obras de infraestrutura que contribuem para o escoamento dessa produção, a China vem conquistando o mercado regional de bens manufaturados devido à competitividade de seus produtos, o que pode ir de encontro a outros interesses, por exemplo, de ampliação do Mercosul.

A integração da América do Sul pode consolidar a liderança do Brasil no contexto regional e definir o subcontinente como sua ênfase, por excelência. A Amazônia poderia ser parte importante nesse processo e o seu desenvolvimento pautado no conhecimento da natureza seria fundamental para o futuro da região e também para um novo posicionamento geopolítico do Brasil no sistema interestatal capitalista. Entretanto, apesar do importante papel político-econômico desempenhado pelo Brasil em discussões multilaterais com os vizinhos, em especial na Unasul e no Mercosul, a China vem assumindo um papel de protagonista em decisões internas geoestratégicas do subcontinente.

Seria a China um novo Estados Unidos?

Com diferenças entre o discurso de 1990, o do regionalismo aberto, e o atual, embora não tenha havido uma guinada de 360 graus, especialmente no campo da infraestrutura, a estratégia do Estado brasileiro é a de assumir sua liderança natural na América do

Sul com ações visando à articulação regional. Todavia, a integração, para ser de fato consolidada, deve vencer a matriz exclusivamente comercialista e financeira. Deve ir além: abarcar a sociedade e a cultura e, até mesmo, alcançar a multidimensionalidade da integração. Nesse sentido, o papel do Brasil consegue se sobrepor ao chinês. No entanto, a busca por investimentos, por dólares e por manter a balança comercial favorável, vem tornando a China um ator de destaque na amazônia e em toda a América do Sul.

Becker e Egler (1992) já esclareciam, no início da década de 1990, os diferentes interesses externos e a dificuldade nacional em definir uma agenda autônoma para a Amazônia. Os investimentos chineses poderão ser fomentadores de uma articulação regional autônoma ou poderão criar margem de liberdade para projetos como a vertente ‘bolivariana’?

A influência das grande potências pode ser observada em alguns projetos. Um exemplo disso, no Brasil, pode ser observado na polêmica sobre a construção e pavimentação da Rodovia BR-364 que, ligando o Estado do Acre ao Peru, completa a articulação com a Rodovia Transamazônica e acelera a conexão com o Pacífico Sul, onde interesses japoneses são cada vez mais intensos. Neste cenário, os EUA exercem pressão sobre o Japão para não liberar recursos para o término da rodovia, no sentido de manter a tradicional porta amazônica aberta para o Atlântico e o Caribe (Becker e Egler, 1992:252).

Atualmente, em um contexto global com a emergência da China como potência econômica e comercial, a região vem se consolidando como uma área estratégica para o mercado desse país. A China, inclusive, injeta elevados recursos financeiros para a construção de projetos de infraestrutura de ‘integração’ regional que já funcionam, na verdade, como corredores de exportação de *commodities*, vide a recente divulgação dos objetivos do Banco do Sul. Acrescente-se a isso as expectativas criadas em torno do Banco dos BRICS.

O modelo proposto de desenvolvimento pelo governo nacional e pela IIRSA é criticado. Opositores, ambientalistas e movimentos sociais, argumentam contra o modelo convencional de integração, isto é, os eixos rodoviários, pois poderão servir de alavanca ao avanço da fronteira móvel agropecuária e à exportação de produtos primários (carne e grãos), especialmente para o mercado asiático (China), além de contribuir para o fenômeno de migração e urbanização da pobreza.

Conclusão

Disposta a auxiliar a integração com objetivos geoestratégicos, a China apoia, junto com o Brasil e outros agentes político-econômicos, obras de infraestrutura. Rodovias perpassam florestas e parecem fazer parte do interesse estatal chinês nas *commodities* regionais, como demonstra o corredor que interliga a produção agropecuária e mineral do Centro-Oeste e Norte do Brasil aos portos peruanos localizados no Oceano Pacífico.

A região mostra-se carente de projetos que favoreçam a realização de um salto de qualidade na apropriação da natureza. Reproduzir esquemas exógenos, agora sob a égide chinesa, não significa agregar valor à economia da região. Isso a torna refém de modelos que perpetuam nossa condição na divisão internacional do trabalho, devastam a terra e desvalorizam o conhecimento e a população regional.

É preciso se apropriar desta riqueza como forma de ultrapassar a condição periférica mundial e de afirmar soberania. Iniciativas de integração regional em andamento são objeto de crítica, pois favorecem sobretudo os grandes conglomerados internacionais e tornam a Amazônia um imenso corredor primário-exportador do coração da América, em direção aos mercados emergentes do Pacífico, principalmente, à Ásia do Leste e à China.

Bibliografia

ACIOLY, L; ALVES, M. A. S. e LEÃO, R. P. F. (2009) “A internacionalização das empresas chinesas”, IN *Nota Técnica: Ipea*, disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/2009_nt01_maio_deint.pdf, em 22 de agosto de 2014.

ALMEIDA:R. (2005). “O Brasil e a nanotecnologia: rumo à quarta revolução industrial”, IN *Revista Espaço Acadêmico*, No. 52, Ano V.

AMSDEN, A.H. (2009). *A ascensão do “resto”: os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia*. São Paulo: Editora UNESP.

ARRIGHI, G. (1996). *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto.

BECKER, B. (1982). *Geopolítica da Amazônia: A Nova Fronteira de Recursos*. Rio de Janeiro: Zahar.

----- (2009). Articulando o complexo urbano e o complexo verde na Amazônia, IN Becker, B; Costa, F; Costa, W. (Orgs). *Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições*. 1ª ed.. Brasília, DF: CGEE, v. 1:39-86.

BECKER, B; EGLER, C. (1992). “Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil?”, In BECKER, B; EGLER, C. *Brasil: Uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BECKER, B; STENNER, C. (2008) *Um Futuro para a Amazônia*. Rio de Janeiro: Oficina de Textos.

BRAUDEL, F. (1996). *Civilização material, econômica e capitalismo. Séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes.

BUFALINO, L; MENDES, L.M.; TONOLI, G.H.D; RODRIGUES, A.; FONSECA, A.; CUNHA, P.I.; MARCONCINI, J.M. (2014). “New products made with lignocellulosic nanofibers from Brazilian amazon forest”. In *2nd International Conference on Structural Nano Composites (NANOSTRUC 2014)*, realizada entre 20 e 21 de maio em Madrid, Espanha, disponível em <http://goo.gl/cXN9Io>, em 9 de março de 2015.

CASTRO, E. (2012). “Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana”. In *Caderno CRH*, Vol. 25, No. 64, pp. 45-61, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v25n64/04.pdf> , em 9 de março de 2015.

CGEE, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (2011). Resumo Executivo. In *Soerguimento tecnológico e econômica do extrativismo na Amazônia*. CGEE, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Brasília.

CHANG, H. J. (2009) “Hamlet without the Prince of Denmark: How Development Has Disappeared from today’s development discourse”, forthcoming (2010) in S. Khan e J. Christiansen (eds.), *Towards New Developmentalism: Market as Means rather than Master* (Routledge, Abingdon), 15 February 2009 version, disponível em <http://goo.gl/IcdN08> em 3 de março de 2015.

CUNHA, G. L. (2014). “Aspectos estratégicos da Parceria Trans-Pacífico”. In *Anais do VII Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política*, realizado entre 14 a

16 de abril de 2014, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal.

----- (2015). “The United States, China and Brazil in the Geopolitics of regional integration process”. In *International Studies Association's 56th Annual Convention, February 18th-21st, 2015, New Orleans, Louisiana*.

CUNHA, G.L. e APPEL, T.N. (2014a). “Los desafíos de Brasil bajo los intereses estratégicos de China en Suramérica”. In *Anais do Terceiro Congreso de Ciencia Política de la Asociación Colombiana de Ciencia Política (ACCPol)*, realizado entre os dias 24 e 27 de setembro de 2014, nas universidades Pontificia Universidad Javeriana, Universidad ICESI e Universidad del Cauca, em Cali e Popayán, Colômbia.

----- (2014b). “Geopolítica e trajetórias de desenvolvimento comparadas: América do Sul e Leste da Ásia”. In *Revista Científica General José Maria Cordova*, v. 12:89-105, disponível em, em 10 de dezembro de 2014.

DOMINGUES, J. I. (2006) “China’s relations with Latin America: shared gains, asymmetric hopes”. In *Inter-American Dialogue China working paper*.

FIORI, J.L. (2008). O sistema mundial no início do século XXI, IN FIORI, J. L., MEDEIROS, C. A. e SERRANO, F., *O Mito do Colapso do Poder Americano*. Record.

----- (2009). “O poder global e a nova geopolítica das nações”. In *Crítica y Emancipación*, (2): 157-183.

GOUVEIA, R. (2015). “Designing a Nano Infrastructure for Brazil’s Amazon Water Resources: A Quadruple Helix Approach”. In *Journal of Water Resource and Protection*, v. 7, pp. 72-78, disponível em <http://www.scirp.org/journal/jwarp> , em 5 de fevereiro de 2015.

GRANGER, S. (2008). “Guiana Francesa, um território europeu e caribenho no caminho da sul-americanização?”. In *Revista Eletrônica Ateliê Geográfico*, v.2, nº2, pp. 156-168, disponível em <http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/4705/3966> , em 9 de março de 2015.

HIRSCHMANN, A. O. (1958). *The Strategy of Economic Development*. Connecticut: New Haven.

HOBBSAWM, E.J. (1995) *A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.

HU, A. (2011) “China and the world: assessment and prospect of the “Post-Crisis” Era”, IN *TMD Working Paper Series, No. 40, Department of International Development, University of Oxford*, disponível em <http://www3.qeh.ox.ac.uk/pdf/ptmd/SLPTMD-WP-040.pdf>, em 12 de agosto de 2014.

HUETE-PÉREZ, J. (2014) “Nicaraguan Canal Could Wreck Environment, Scientists Say”. In *National Geographic*, reportagem de Brian Clark Howard, February 20, 2014, disponível em <http://goo.gl/dwPj3P>, em 3 de março de 2015.

HUNTINGTON, S. (1997) *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva.

IANNI, O. (1999) *A era do globalismo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

KENNEDY:(1989). *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Ed. Campus.

MEDEIROS, C. (2008). *Os Dilemas da Integração Sul-Americana*. Cadernos do Desenvolvimento vol. 3 (5), dezembro. pp. 213-254.

OVERHOLT, W. H. (2008). *Asia, America, and the transformation of Geopolitics*. Cambridge University Press e Rand Corporation.

PADULA, R. (2013a). “A Aliança para o Pacífico, o Brasil e o poder global na integração regional da América do Sul”. In *Anais IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações internacionais - ABRI*, realizada em Belo Horizonte, entre 23 a 26 de julho de 2013.

PADULA, R. (2013b). “A geopolítica da Bacia do Pacífico e a integração regional da América do Sul”. In *Revista do IMEA-UNILA*, Vol. 1, n.2, pp 30-47.

PICOLI, F. *O Capital e a devastação da Amazônia*. 1ª Ed., São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PINTO, E. C. (2013). “A dinâmica dos recursos naturais no Mercosul na década de

2000: “efeito China”, estrutura produtiva, comércio e investimento estrangeiro”. In *Texto para discussão 005, 2013*, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SLIPAK, A. M. (2014). “América Latina y China: ¿cooperación Sur-Sur o ‘Consenso de Beijing?’”. In *Revista Nueva Sociedad*, n. 250, marzo-abril. pp 102-113.

VILHENA SILVA, G. (2010) “Considerações sobre a organização do tratado de cooperação amazônico e a integração física da amazônica internacional”. In *Revista Eletrônica Boletim do TEMPO*, ano 5, nº 7, disponível em <http://goo.gl/Sw2u1p>, em 3 de março de 2015.

WALBORN, G.A. (2014). “The americas in the balance: National Security Implications of Chinese Influence in Latin American”, tese de doutorado em *the U.S. Marine Corps War College*, disponível em <http://faoa.org/Resources/Documents/Walborn.pdf>, em 4 de março de 2015.

ZAKARIA, F. (2008). *The post-American World*. W. W. Norton e Company, New York, London.

Linkografia:

World Factbook - <http://goo.gl/PSbt4W>